

IDEIAS & DEBATES



BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

"NOS ÚLTIMOS TEMPOS, A AUTOFLAGELAÇÃO ATINGIU NÍVEIS ALARMANTES"

O ponto de partida desta entrevista é o último livro do sociólogo, onde ele denuncia as falácias de um discurso sobre Portugal e os portugueses que transforma a História em destino

Entrevista António Guerreiro

Boaventura de Sousa Santos é um sociólogo de dimensão internacional, que reivindica a tradição de uma "sociologia crítica", na tradição da Escola de Frankfurt. A sua vasta obra científica, o seu lugar na Universidade, enquanto diretor do Centro de Estudos Sociais (Universidade de Coimbra), e o seu papel tutelar no Observatório da Justiça são alguns dos domínios de intervenção deste professor, que leciona também em universidades dos Estados Unidos e ganhou um enorme prestígio na América Latina (ajudou a redigir as Constituições do Equador e da Bolívia).

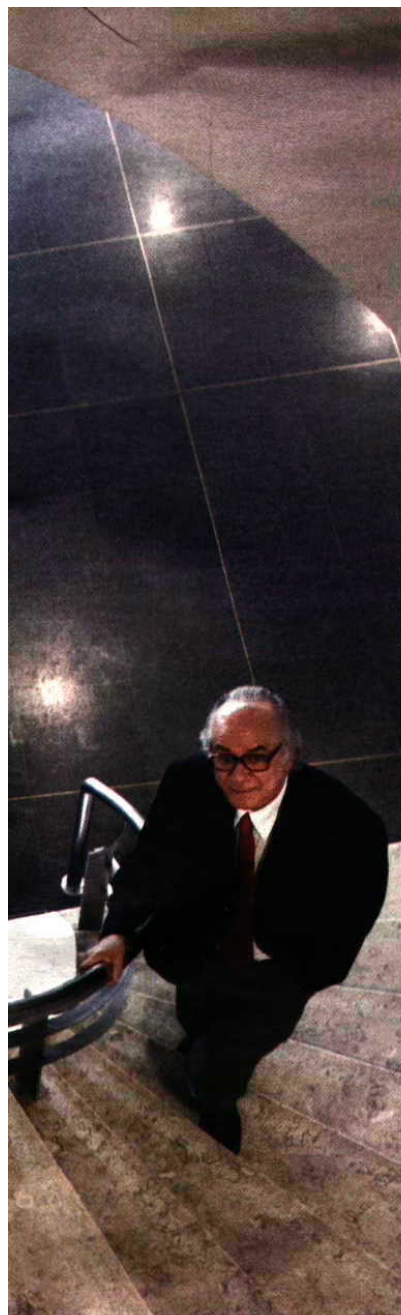
Este seu último livro chama-se "Portugal. Ensaio contra a Autoflagelação". Há um masoquismo na relação do país consigo próprio? Tenho vindo desde há muito tempo a desmistificar e a demitificar algumas ideias sobre uma essência ou uma identidade portuguesa. Segundo essas leituras, estamos de tal modo condicionados por algo fixo que não somos capazes de superar as situações adversas com que estamos confrontados em determinado momento. Se vir bem, mesmo as mais brilhantes, como as de Eduardo Lourenço e José Gil, vêm nesse sentido. Mas há depois uma miríade de comentadores que escrevem a "jeremíada nacional", como eu lhe chamo. A minha atitude consiste em mostrar que há razões históricas e sociológicas para os nossos grandes problemas. Elas têm de ser procuradas no facto de sermos um país de desenvolvimento intermédio.

A autoflagelação de que fala tem um funcionamento bipolar, supõe também a megalomania. Vamos do oito ao oitenta, sem estações intermédias: ou somos os melhores e únicos no mundo ou so-

mos uns miseráveis, perdidos, sem capacidade de ação. Ultimamente, o que tem dominado é o miserabilismo. A autoflagelação atingiu níveis alarmantes, com o discurso dos "esclarecidos", dos "estrangeirados", como eram chamados no século XVIII, muito embora hoje se trate de estrangeirados que nunca saíram do país. Ligamos a televisão e aí temos Medina Carreira a dizer que Portugal é o Zimbábue da Europa.

A sociologia fornece-lhe os instrumentos para fazer essa denúncia da autoflagelação? O meu registo, neste livro, é sócio-histórico, tento mostrar que as nossas dificuldades na relação com a Europa são uma constante da nossa história moderna e só surpreendem os incautos. Os frades que no século XVII vinham da Alemanha e da França diziam dos portugueses o que nós dizíamos dos indígenas das colónias: que eram lascivos, preguiçosos, sem regras de higiene. Há um colonialismo interno, na Europa, que está sempre a aflorar. Nós entrámos na União Europeia em situação de fragilidade, voltando as costas à África e ao Brasil. O colonialismo, na sua fase final, ficou muito conotado com o fascismo, e isso anulou a possibilidade de uma descolonização que preservasse os interesses dos portugueses, como aconteceu com a França e a Inglaterra. Além disso, não tínhamos aqui uma burguesia, por causa do nosso modelo de desenvolvimento, a precisar das matérias-primas de Angola e de Moçambique.

A partir de que momento da nossa história ganha sentido falar de uma sociedade de desenvolvimento intermédio, como você lhe chama? A partir do momento em que perdemos hegemonia no sistema mundial, no final do século XVI. Portugal iniciou a sua decadência a partir de 1580, quando perdeu a independência para Espanha. A partir daí, fomos sempre um país de desenvolvimento intermédio. Os barcos vinham do Brasil cheios de ouro, mas o ouro não ficava em Lisboa, seguia



NUMO FOX

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS TEM TIDO, ENQUANTO SOCIÓLOGO, UMA INTERVENÇÃO IMPORTANTE NA SOCIEDADE PORTUGUESA

IDEIAS & DEBATES

para Londres, para pagar a nossa dívida. Mas não podemos falar de condições inelutáveis, não podemos dizer que “fomos sempre assim”, porque se tivéssemos sido sempre assim não tínhamos feito os Descobrimentos. Eu estava convencido, até acontecer esta crise, que finalmente estávamos a superar esta situação, e o investimento na investigação científica e tecnológica, enorme nos últimos anos, seria um sinal disso. É evidente que o *brain drain*, a fuga de cérebros, se iria sempre dar, porque a nossa economia não está preparada para os absorver. Mas Portugal estava a evoluir, embora em condições muito adversas, pelo facto de termos uma moeda, o euro, muito cara, feita à medida do Deutsche Mark e não à medida da nossa economia. É muito boa para vender aviões, BMW e Audis, mas não para vender têxteis e calçado, para fazer frente à China e ao Bangladesh. A dívida era sustentável, se não tivesse havido este ataque especulativo ao euro, que começava a ser uma moeda atraente para a China e outros países por em as suas reservas. Se isso acontecesse em massa, era o fim da economia dos Estados Unidos, que só se aguenta porque tem o dólar. E, portanto, era preciso atacar o euro pelo seu elo fraco, a Grécia, Portugal e a Irlanda. Quando chegar à Espanha, é o fim do euro.

Até agora ainda não tinha uma perceção pública das desvantagens do euro. Se analisarmos a dívida das famílias portuguesas, percebemos que ela só aumenta exponencialmente a partir de 2000, com a introdução da moeda única. A Alemanha, com o seu crescimento económico e a contenção de salários, tinha muito dinheiros nos seus bancos, que por sua vez o emprestam aos bancos da periferia, da Espanha, de Portugal e da Grécia, para os bancos destes países emprestem aos cidadãos dos respetivos países, para estes comprarem produtos alemães. É este o círculo. Há um dado importante: apesar de o endividamento ser alto, temos a taxa de incumprimento mais baixa da Europa, as pessoas cumprem com as suas dívidas. E isto acontece porque ainda temos aquilo que se chama a sociedade-providência, redes de solidariedade muito fortes. Sobretudo a família cria almofadas de proteção. **E não há o risco de isso se quebrar e de nascerem rivalidades geracionais?** Sem dúvida, e isso aconte-

ce também por razões ideológicas. Nós tínhamos dos níveis mais baixos de pessoas nos lares de terceira idade, porque as famílias mantinham as pessoas idosas em casa. Mas o que corrói tudo são as razões económicas. Frequentemente, deparamos com situações em que numa família de três ou quatro pessoas só há um salário. Conheço um caso concreto em que, com a sua bolsa, um estudante sustentava a família. Entretanto, com os novos critérios, o estudante perdeu a bolsa. As almofadas de proteção social estão a ser erodidas e vão continuar a ser. Até aqui tem havido uma certa apatia perante a crise, mas quando as pessoas se virem desesperadas vão sair à rua. Começa-se a criar uma polarização intergeracional e a tendermos para o que se passa, por exemplo, na sociedade americana, onde os pais ou constroem as suas formas de proteção na velhice ou não podem contar com os filhos, que, de resto, por razões de mobilidade, estão quase sempre longe.

A sua perceção é a de que cometemos erros crassos quando negociámos a integração na União Europeia... Um dos nossos grandes erros foi termos voltado as costas às ex-colónias. Outro foi o modo como gerimos muito mal os fundos europeus e aceitámos algumas normas que devíamos ter discutido. Não podemos esquecer a responsabilidade do atual Presidente da República: foi ele que mandou abater os barcos, cortar as oliveiras e cortar as vinhas, porque era uma maneira de receber subsídios. E foi ele que impediu as universidades de gerirem os fundos para cursos de formação para requalificarem a mão de obra portuguesa, o que deu na maior corrupção da história portuguesa, com cursos, professores e diplomas fantasmas.

A que se refere quando fala de “fascismo social”? O fascismo social é um conceito que tenho vindo a desenvolver para tentar mostrar que na situação em que a gente se encontra muitas pessoas pensam que pode haver um regresso ao fascismo. Não vejo a possibilidade de emergência de um fascismo político. Até porque o neoliberalismo teve esse papel de promover uma democracia representativa, o que não é a mesma coisa que uma democracia com políticas sociais. O imaginário democrático entrou no imaginário social e por todo o lado triunfou a exigência de governar por consenso. Só que a democracia restringe cada vez mais o espaço político e deixa todos os outros espaços ao abrigo das relações de poder que uns têm sobre os outros e que não é um poder democrático. É o que está a acontecer no campo do trabalho, em que o trabalhador fica constringido a aceitar quaisquer condições. É aquilo a que chamamos conciliações repressivas. A isto chamo “fascismo social”: são relações sociais muito desiguais que dão a alguns que têm mais poder um direito de veto sobre a vida das pessoas. Uma das formas de fascismo social é o do poder das agências de rating, que podem destruir todas as nossas expectativas de vida de um dia para o outro, com base em apreciações arbitrárias e subjetivas. Aliás, como é possível que estas agências funcionem depois do falhanço de que deram provas em 2008? **A**



A democracia restringe cada vez mais o espaço político e deixa todos os outros espaços ao abrigo das relações de poder que uns têm sobre os outros. É o que está a acontecer no campo do trabalho